



Eleições na Venezuela: Silva Peneda, Chefe de Missão

O Deputado **José Silva Peneda** chefiou a **Missão Eleitoral** de 170 observadores que, em nome da União Europeia, fiscalizou as recentes eleições legislativas na Venezuela.



desenvolvimento na pág. 7

Um Presidente

Não se constrói uma Europa forte com Estados-Membros fracos.

A nossa convicção europeia em nada nos faz ceder na defesa intransigente dos interesses nacionais legítimos.

Portugal será tanto mais eficaz na Europa se os seus órgãos de soberania e os seus representantes eleitos puderem ser **testemunho de qualidade, de seriedade, de competência e combatitividade.**

Numa Europa tantas vezes vazia de líderes fortes **há espaço para a afirmação de novos protagonistas** dando um novo alento a uma Europa desesperançada.

Angela Merkel, na Alemanha, é um dado novo e promissor. **Cavaco Silva**, em Portugal, uma garantia de rigor e competência. **Ambos são uma lufada de ar fresco** nos seus Países. **Ambos podem falar mais alto** do que os limites dos Estados que os mandatam.

Combate ao crime internacional

Carlos Coelho participa no debate de uma Decisão Quadro relativa à luta contra a criminalidade organizada

desenvolvimento na pág. 2

Programa Cultura 2007

Parlamento Europeu aprova Relatório de **Vasco Graça Moura**

desenvolvimento na pág. 5

Acordo sobre Comércio de Vinho entre UE e EUA

Sérgio Marques interroga Comissão Europeia

desenvolvimento na pág. 6



Carlos Coelho sobre o combate ao crime:

Necessária cooperação global

Carlos Coelho defendeu no Plenário do Parlamento Europeu que **"a prevenção e o controlo da criminalidade organizada requerem uma cooperação global, com respostas fortes e concertadas, com base nos princípios da transparência e do controlo democrático, que se apliquem também à Europol. Igualmente importante é a existência de dados estatísticos rigorosos que permitam conhecer e analisar a verdadeira extensão e sofisticação deste flagelo"**.

No debate de uma Decisão quadro relativa à

reconhecem a existência de falta de confiança entre forças policiais locais distintas, recusando a partilha de informação", Carlos Coelho afirmou que *"não nos podemos admirar que essa falta de confiança se faça sentir ainda mais ao nível da União"*.

O Deputado social democrata defende assim que *"é urgente que se instaure uma cooperação o mais ampla possível, com base em procedimentos comuns e numa harmonização mínima das normas jurídicas. Só assim, disse, poderemos levar a cabo um*

policial e judicial, criar equipas de investigação comuns e criar um mandado de captura europeu".

Quanto à proposta de Decisão quadro, Carlos Coelho **considerou-a "um passo importante** ao estreitar a cooperação entre os Estados Membros e **tentar encontrar uma abordagem comum, nomeadamente, através de um quadro mínimo de harmonização, quanto à definição de organização criminosa, às infracções e molduras penais e ao estabelecimento de princípios comuns de determinação de competência (de forma a impedir o atraso dos processos de instrução em virtude da ocorrência de litígios em matéria de competências)"**.

Carlos Coelho considerou, no entanto, que *"deverá ser, igualmente, dada uma especial atenção à implementação de legislação e à utilização de instrumentos já criados, como é o caso:*

- *da adoção e implementação do mandado europeu de obtenção de provas;*



- *da entrada em vigor da Directiva que viabiliza a criação de equipas comuns de investigação (ainda não transposta pela totalidade dos EM);*

- *da ratificação do mandado de detenção europeu, pelos EM que ainda não o fizeram;*

- *de uma clara definição da relação entre a Europol e a Interpol, de forma a aproveitar ao máximo as possibilidades que cada uma delas dispõe, evitando sobreposições.*

Para lá das normas e do esforço legislativo isso deve traduzir-se em instrumentos concretos para as autoridades judiciais e policiais, que necessitam de meios simples e eficazes para a prossecução das suas acções".



luta contra a criminalidade organizada, Carlos Coelho começou por afirmar que *"o facto de pessoas, bens, serviços e capitais poderem circular livremente não beneficia a máquina da Justiça, uma vez que os seus poderes de intervenção se restringem ao território abrangido pela jurisdição de cada Estado Membro"*.

Salientando *"que diversos Estados Membros*

combate mais eficaz contra a criminalidade transnacional, evitando que as redes criminosas possam tirar vantagem das divergências e lacunas existentes nas legislações dos Estados Membros.

O facto de não existir um espaço judiciário comum tem levado ao surgimento de várias iniciativas comunitárias, no sentido de aproximar as legislações, reforçar a cooperação

A prevenção e o controlo da criminalidade organizada requerem uma cooperação global com respostas fortes e concertadas

Assunção Esteves sobre Agências europeias:

Racionalizar e uniformizar...

Assunção Esteves, Deputada Europeia do PSD, defendeu a ideia de uma **organização racional e coordenada das agências europeias de regulação**, num debate do Parlamento Europeu sobre a matéria.

"A Europa não pode fechar os olhos ao problema de governabilidade que emerge da sua extensão e da sua ambição, por isso, as agências de regulação exigem das instituições políticas europeias a assunção de uma responsabilidade partilhada", afirmou a Deputada.

"A Comissão propõe, no Livro Branco sobre a governança europeia, que as agências de regulação europeia devem ter um enquadramento legislativo.

A ideia desenvolve-se, agora, no sentido de um acordo interinstitucional que é urgente e ainda não viu a

luz. Porque se há exemplo no sistema de tomada de decisão política de uma realidade que reclama uma organização racional e coordenada esse é, sem dúvida, o das agências europeias de regulação", afirmou Assunção Esteves.

Sublinhando a indispensabilidade de uma racionalização e uniformização da estrutura das actuais e futuras agências no interesse da clareza, da transparência e da segurança

jurídica, a Deputada Social-Democrata enunciou as razões justificativas:

"Desde logo, por uma razão de natureza: a do seu número e a da diversidade dos espaços vitais a que se dirige; mas também porque a estrutura institucional europeia é ainda uma estrutura fragmentária, uma estrutura à procura da força integradora duma Constituição que, por isso mesmo, exige, por enquanto, acordos interinstitu-



cionais e um esforço de organização prudente e permanente".

A concluir, Assunção Esteves defendeu que **"um acordo interinstitucional potencia o sucesso destas agências; supera vazios de procedimento e, por esta via, imprime racionalidade e eficácia à execução das políticas europeias, porque, afinal, temos todos que reconhecer que é uma base racional aquela que estrutura todo o discurso europeu"**.

A Europa não pode fechar os olhos ao problema da governabilidade que emerge da sua extensão e da sua ambição

Coordenação do GEPD com a Comissão Política Nacional do PSD

Arlindo Cunha em Bruxelas



Arlindo Cunha, Vice-Presidente do PSD, esteve em Bruxelas, em visita de trabalho, de 28 a 30 de Novembro, afim de realizar várias reuniões de coordenação política.

Arlindo Cunha, na sua qualidade de Presidente do E.I.N. (*European Ideas Network*) Agriculture and Food Safety Committee,

coordenou várias reuniões de especialistas, dia 28 de Novembro, no PE.

Terça-Feira, dia 29 de Novembro, o Vice-Presidente do PSD efectuou encontros de trabalho e de coordenação política com o Vice-Presidente do Grupo PPE-DE, **João de Deus Pinheiro** e com o Presidente da Delegação do

PSD no Parlamento Europeu, **Carlos Coelho**.

Durante a sua estadia em Bruxelas, Arlindo Cunha realizou ainda várias reuniões sectoriais com os Deputados europeus **Vasco Graça Moura, Assunção Esteves, Sérgio Marques** e **Duarte Freitas** e com altos funcionários das instituições europeias.

Mais apoios para a investigação nas Pescas... reclama Duarte Freitas

Duarte Freitas propôs e fez aprovar por unanimidade na Comissão de Pescas do Parlamento Europeu um conjunto de emendas acerca da "Proposta de Decisão relativa ao VII programa quadro em matéria de investigação, desenvolvimento e demonstração".

O VII Programa Quadro em Matéria de Investigação, Desenvolvimento e Demonstração pretende tornar a Europa mais aliciante para os investigadores e visa a criação de pólos de cooperação transnacional bem como o lançamento de iniciativas tecnológicas europeias com vista ao melhoramento e inovação neste domínio.

Duarte Freitas criticou a proposta da Comissão Europeia pela forma vaga



tas vazias de conteúdo relativamente a esta matéria".

"As Instituições Europeias têm o dever de passar das boas intenções aos actos. É urgente proceder à evolução da investigação marinha em favor de diferentes domínios relacionados com os recursos haliêuticos", disse o Deputado Europeu.

..sector das Pescas e preservação dos oceanos..

como se refere ao sector das pescas e aquacultura, integrando-os num tema genericamente intitulado "Alimentação, agricultura e biotecnologias" como havia sucedido nos anteriores Programas Quadro.

O Deputado social-democrata refere que "não parece lógico e consequente que a Comissão Europeia considere a exploração sustentada da Pesca e dos Oceanos uma prioridade da sua política e depois avance com propos-

Na opinião de Duarte Freitas, "o sector das pescas, pela sua actual debilidade e a preservação dos Oceanos como **prioridade estratégica da UE** deverão assumir um papel de destaque no seio deste novo Quadro de Apoio".

Sendo esta matéria de grande importância para a União Europeia, **poderá ser decisiva para Portugal e para as suas Regiões Autónomas** que dão uma verdadeira e profunda dimensão marítima à UE.

O PSD
Disse

Enguias correm risco de extinção

Duarte Freitas apoiou a Comunicação da Comissão Europeia para um "Plano de gestão da Enguia Europeia" que foi aprovado no Plenário do Parlamento Europeu, em Estrasburgo.

Neste relatório, que engloba algumas medidas importantes para assegurar a perpetuação desta espécie, o Deputado Europeu Duarte Freitas viu todas as suas propostas de alteração aprovadas, fazendo assim parte do texto consolidado.

Foi aprovada a proposta de alteração de Duarte Freitas em relação ao nome do Relatório que passou de "Plano de Gestão" para "Plano de Recuperação", com outras alterações consequentes no sentido de expressar que, **mais do que gerir um recurso em vias de extinção, é necessário recuperar a sua popula-**

ção, como afirmou o Deputado Europeu: "**Não é possível gerir um recurso que praticamente não existe. Primeiro é necessário recuperá-lo!**"

A aprovação deste documento poderá, segundo Duarte Freitas, "acelerar a implementação de medidas para **prevenir a extinção desta espécie com elevado interesse económico e gastronómico para algumas regiões de Portugal**".

Para o Deputado social-democrata é "fundamental que sejam tomadas medidas que permitam inverter a **tendência cada vez mais evidente de desaparecimento desta espécie**. Nessa medida, considero que esta tomada de posição do Parlamento Europeu é um bom passo no sentido de defender esta espécie e a pesca que lhe está associada".



Programa Cultura 2007

PE aprova Relatório Graça Moura

O Parlamento Europeu aprovou, por larga maioria, o Relatório do Deputado **Vasco Graça Moura** sobre o **Programa Cultura 2007**.

Vasco Graça Moura **criticou a escassez de verbas** previstas para o programa que classificou de "*altamente preocupante*" e sublinhou que "**reconhecemo-nos enquanto europeus**, não obstante todas as nossas diferenças, por força da cultura europeia. Ela representa a **herança comum e dinâmica** em que a diversidade identitária e linguística se reconduz a uma matriz complexa, na qual avultam a tradição greco-latina, a tradição judeo-cristã e a tradição mediterrânico-muçulmana, sem que todavia estes três vectores esgotem o quadro dos elementos que a formam".

Para Vasco Graça Moura, "**seria manifestamente errado falar-se em integração cultural da Europa**. Um dos aspectos mais fascinantes da nossa civilização está, exactamente, em a Europa dever assumir-se como uma unidade realizada na, e

pela, diversidade das suas aberturas ao homem e ao mundo.

Cultura 2007-2013 deve, antes de mais, ser o programa-quadro, não para uma integração, mas para uma **intensa comunicação cultural entre os cidadãos da Europa** e feita à escala da Europa e dos seus valores.

Mas também significa que se torna imprescindível a cooperação entre as instâncias europeias, os Estados-Membros, os agentes e cooperadores culturais de cada um deles, e as suas redes transnacionais, na perspectiva da realização das políticas culturais comuns. (...)

Os recursos são escassos, o número de candidaturas a apoios e subsídios é cada vez maior e as políticas, para serem verdadeiramente eficazes, deveriam centrar-se sobre poucos objectivos muito claros e muito bem definidos, mesmo sacrificando outras possibilidades".

Referindo-se às altera-



ções propostas no seu Relatório, Vasco Graça Moura afirmou que se procurou "**aperfeiçoar a proposta da Comissão, introduzir-lhe algumas correcções, adequá-la melhor aos fins em vista, consagrar mais claramente a dimensão e a importância da herança cultural comum, sem prejuízo da criação contemporânea**".

Sublinhando que "**a União passou de 15 para 25 Estados-Membros**", Graça Moura afirmou que "**a unidade europeia implica cada vez mais uma acção intensiva na área da cultura**".

Sem nos conhecermos melhor uns aos outros, na variedade das nossas identidades históricas, culturais e linguísticas, **não poderemos cooperar a sério uns com os outros**, num desígnio comum.

E isso só é possível com políticas culturais que visem uma mais-valia europeia e **sejam dotadas dos meios necessários para tal**".



BREVES

Carlos Coelho
defende vistos para

Jogos Olímpicos 2006

"Os Jogos olímpicos e paraolímpicos de Atenas, em 2004, realizaram-se pela primeira vez num Estado Membro, que participa no espaço Schengen, sem controlos nas fronteiras internas.

Daí a necessidade de, nessa ocasião, se aprovar um Regulamento (1295/2003), com o objectivo de **simplificar os procedimentos de pedido e de emissão de vistos Schengen** aos membros da família olímpica que deveriam participar nos jogos olímpicos em Atenas.

Em termos práticos, iria permitir que eles pudessem entrar no território do Estado onde decorrem os jogos sem terem de se sujeitar a outros procedimentos ou formalidades, para além de possuírem esse cartão de autorização, juntamente com o passaporte ou outro documento oficial de viagem.

Apoio, assim, esta proposta que adopta um regime quase idêntico (desta vez, em co-decisão), com algumas adaptações ao regulamento **de forma a ser aplicado aos novos jogos olímpicos e paraolímpicos de Inverno de 2006, em Turim**".

Acordo sobre comércio de vinho entre a UE e os USA

Sérgio Marques interroga Comissão

Sérgio Marques questionou a Comissão Europeia sobre a forma como pretende "**acautelar a salvaguarda das denominações de origem europeia** ou indicações geográficas europeias", no âmbito deste acordo com os EUA.

A Comissão Europeia, através da Comissária Mariann Fischer Boel afirmou que "**a protecção das denominações de vinhos da UE será assegurada**, não através de legislação relativa à propriedade intelectual, mas **por leis e regulamentos dos EUA em matéria de rotulagem**. Em contrapartida, a Comunidade protegerá as denominações de vinhos dos EUA".

A Comissão Europeia acrescentou que "**decorrem há mais de vinte anos negociações entre a Comunidade Europeia e os Estados Unidos da América com vista à conclusão de um acordo sobre o comércio de vinho e que recentemente, os negociadores da Comissão, em nome da Comunidade, e os negociadores dos EUA chegaram a acordo relativamente a um 'pacote' para um acordo de primeira fase sobre o comércio de vinho entre a Comunidade Europeia e os Estados Unidos. Na sequência das consultas realizadas, este acordo de primeira fase foi rubricado em Washington, em 14 de Setembro de 2005, e deve ser apresentado ao Conselho para aprovação formal num futuro próximo, após conclusão dos procedimentos internos comunitários**".

A Comissão diz que "**o acordo de primeira fase cobre as três questões mencionadas pelo Senhor Deputado, ou seja, as práticas enológicas, a protecção das denominações de vinhos da UE e os procedimentos de certificação**".

No que se refere à certificação, os EUA beneficiarão de um regime de certificação muito simplificado quando notificarem a Comunidade da alteração do estatuto das 17 denominações de vinhos da UE supracitadas, actualmente consideradas semigenéricas nos EUA. Os vinhos da UE, incluindo os vinhos de baixo teor alcoólico, serão isentos das exigências de certificação EUA de 2004.

No que respeita às 17 denominações de vinhos da UE actualmente consideradas semigenéricas nos EUA, a sua utilização no mercado desse país será limitada e a administração apresentará uma proposta ao Congresso para alterar o seu estatuto, restringindo no futuro a utilização destes termos unicamente a vinhos originários da Comunidade.

Isto significa que a situação actual será 'congelada' e não poderá deteriorar-se, ou seja, que apenas as marcas dos EUA com um certificado de aprovação do



rótulo emitido antes de 13 de Dezembro de 2005 poderão continuar a utilizar estes termos".

Quanto ao problema das denominações homónimas, a Comissão esclarece que "os negociadores acordaram em que, quando uma denominação de origem dos EUA é idêntica ou quase idêntica a uma indicação geográfica protegida na Comunidade, as Partes tencionam consultar-se com vista a alcançarem um entendimento comum sobre o modo como tais vinhos devem ser rotulados no mercado comunitário de forma a que os consumidores não sejam induzidos em erro quanto à sua origem. Os negociadores acordaram explicitamente em que a primeira de tais consultas incida na utilização da **denominação dos EUA 'Madera' e da denominação comunitária 'Madeira'**".



BREVES

Carlos Coelho apoia medidas contra

Falsificação do Euro

Carlos Coelho sublinhou que sendo "o Euro uma das moedas mais utilizadas ao nível das transacções internacionais é das que **mais corre o risco de ser falsificada**".

Recordando que "a União tem vindo a adoptar as medidas necessárias para **garantir que a circulação do euro esteja protegida por mecanismos eficazes e homogéneos** contra as actividades criminosas de falsificação", Carlos Coelho salientou que, "se bem que os índices de falsificação continuem a ser elevados, no entanto, **as medidas de luta contra a falsificação estão a produzir efeitos muito relevantes**, tendo aumentado 20% de 2003 para 2004 o total de operações em que foram apreendidos euros falsos, tendo, por outro lado, sido reduzida a falsificação de notas de 100 Euros, em 38%".

Para o Deputado social democrata "é, assim, evidente a necessidade de continuar as acções de vigilância, formação e assistência técnica indispensáveis para que haja **uma protecção adequada, uniforme e eficaz do euro** contra a falsificação".

Barroso em cerimónia PPE

José Manuel Barroso, Presidente da Comissão Europeia, foi o convidado de honra da cerimónia oficial com que o Grupo PPE-DE celebrou, no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, o **10º aniversário do Processo de Barcelona**, no dia 15 de Novembro.

Entre os participantes no evento, estiveram o Presidente do Grupo PPE-DE, Hans-Gert Poettering e cerca de 300 Deputados Europeus e altos representantes do mundo árabe como Abdelouahab Derbal, Embaixador e Chefe da Missão Permanente da Liga Árabe junto da União Europeia e Mohamed AZIZA, Director Geral do Observatório Mediterrânico.



O Grupo PPE-DE tem prestado uma atenção seguida e ao mais alto nível ao **diálogo com as nações árabes** e reafirmado o maior empenho no sucesso do **parceria Euro-Mediterrânico** em todas as

formas possíveis. Este evento foi uma ocasião para uma reflexão sobre o caminho percorrido e para renovar a determinação de reforço das relações Euro-Mediterrânicas.

Silva Peneda: Eleições na Venezuela não permitiram *reduzir fractura social*

José Silva Peneda chefiou o trabalho de 170 observadores. A Missão integrou 10 diplomatas das embaixadas dos Estados membros em Caracas, uma delegação de Deputados do Parlamento Europeu e 140 peritos eleitorais, incluindo especialistas em votações electrónicas.

Silva Peneda cumpriu um programa de reuniões e actos oficiais com Membros do Governo venezuelano, Partidos políticos, Magistrados dos Tribunais superiores, Membros do Corpo Diplomático e instituições ligadas ao processo eleitoral. Posteriormente, a **Missão verificou os procedimentos de organização do acto eleitoral** através, nomeadamente, da utilização de critérios como a

avaliação do grau de imparcialidade mostrado pelo *'Consejo Electoral Nacional'*, a apreciação do grau de liberdade que os partidos políticos têm para se organizar, mobilizar, reunir e expressar publicamente os seus pontos de vista, a aplicação legítima dos recursos estatais, o acesso equitativo dos partidos políticos e dos candidatos aos media, o desenrolar das operações de voto, as operações de apuramento, contagem e transmissão.

No final, o Presidente da Missão apresentou, em conferência pública, em Caracas, um relatório preliminar em que se constata que **"vastos sectores da sociedade venezuelana não confiam**



no processo eleitoral e na independência da autoridade eleitoral".

Para a Missão da UE estas eleições **não contribuíram para a redução da fractura na sociedade e representam uma oportunidade perdida.**

BREVES

Assunção Esteves intervém sobre o processo de

Legitimação da Comissão

Para Assunção Esteves **"o procedimento de aprovação parlamentar da Comissão tem agora um quadro de normas que estabelecem maior equidade na audição dos candidatos pelas comissões parlamentares, e maior coerência na avaliação final, a qual é agora concertada na Conferência dos Presidentes e na Conferência dos Presidentes de Comissão"**.

Sublinhando que **"é bom que este Parlamento tenha consciência de que os procedimentos, numa ordem democrática, não têm um significado meramente formal ou simbólico"**, Assunção Esteves afirmou que **"as regras do jogo sintetizam os valores da moral pública na mecânica das instituições"**.

Para a Deputada e constitucionalista social-democrata, **"o processo político europeu mostra-se mais exigente, na medida em que se mostra mais ambicioso."**

Por isso, ele deve ser **um processo intensamente escrutinado, gerador de instituições fortes e de lideranças que abram ao futuro"**.

João de Deus Pinheiro aplaude Política para África

O 1º Vice-presidente do Partido Popular Europeu, **João de Deus Pinheiro**, felicitou no Plenário do Parlamento Europeu, a Comissão Europeia e, em particular, o Comissário Louis Michel, pela comunicação sobre a **política da União Europeia relativa a África**.

Dirigindo-se ao Comissário responsável pelas políticas de cooperação da União Europeia, João de Deus Pinheiro afirmou que Louis Michel "*conseguiu reequacionar conceitos conhecidos mas dispersos, instrumentos testados ou anunciados e objectivos também claros para toda a gente: os objectivos do Milénio. Fugiu ao sensacionalismo, às parangonas e preferiu uma aproximação coerente e simples que é, devo dizê-lo, rara nestas ocasiões.*"

Por essa razão, acrescentou João de Deus Pinheiro, e por conhecer as dificuldades do ofício, digo-lhe, a maneira como abordou o problema dá-lhe credibilidade e, mais do que o benefício da dúvida, no que me diz respeito, dá-lhe o meu apoio. Continue nesta linha de operacionalidade, de eficácia e de simplicidade porque será a maior bênção para a política de cooperação entre a União Europeia e África.

Carlos Coelho defende política europeia de imigração

Carlos Coelho defendeu que "*é necessário definir, o mais rapidamente possível, uma política europeia comum de migração, que seja clara, coerente e que possa gerir eficazmente os fluxos migratórios*".

Carlos Coelho, citando um relatório das Nações Unidas salientou que "**nos últimos 25 anos mais do que duplicou o número de migrantes no Mundo.** São hoje cerca de 200 milhões e o seu destino é cada vez mais a União Europeia e já não tanto os países de imigração clássicos, como os EUA, ou o Canadá.

É inquestionável, acrescentou o Deputado, o direito que homens e mulheres têm de procurar uma vida melhor noutro país que não o seu, tal como são legítimas as suas expectativas de entrarem num novo país, de forma segura, legal e com um pleno respeito dos seus direitos fundamentais.

Para que isso aconteça é necessário que a Europa tenha a capacidade para receber, tenha condições de acolhimento, de empregabilidade e de integração. E que saiba conduzir uma política de cooperação para o desenvolvimento que reduza as assimetrias de riqueza entre os países de origem e os de destino.

O Deputado social democrata defendeu que "*a acção da União Europeia deve assim passar por:*

- *abrir novas vias legais de entrada na União Europeia*
- *reforçar o combate às situações de entrada ilegal e tráfico de pessoas*
- *promover uma integração efectiva dos imigrantes*
- *definir uma política de regresso ao país de origem.*



Os Nossos Deputados

João de Deus Pinheiro

Telf: (32.2) 28.45374
Fax: (32.2) 28.49374
e-mail: JPinheiro@europarl.eu.int

Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369
Fax: (32.2) 28.49369
e-mail: VGraca@europarl.eu.int

Maria Assunção Esteves

Telf: (32.2) 28.45566
Fax: (32.2) 28.49566
e-mail: AEsteves@europarl.eu.int

José Silva Peneda

Telf: (32.2) 28.45381
Fax: (32.2) 28.49381
e-mail: JSilvaPeneda@europarl.eu.int

Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404
Fax: (32.2) 28.49404
e-mail: Smarques@europarl.eu.int

Duarte Freitas

Telf: (32.2) 28.45790
Fax: (32.2) 28.49790
e-mail: DFreitas@europarl.eu.int

Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551
Fax: (32.2) 28.49551
e-mail: CCoelho@europarl.eu.int



Boletim Informativo do Grupo da Delegação do PSD do Partido Popular Europeu

Director: Carlos Miguel Coelho
Redacção: Miguel Seabra
Sandra Nunes
Imagem: Julio Pisa